



Universidade
Federal
Fluminense



PPGDIN

**DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITO, INSTITUIÇÕES E NEGÓCIOS
2021**



INSTITUTO DE DIREITO E HISTÓRIA



Apresentação

O curso de doutorado em direitos, instituições e negócios foi desenvolvido pela Universidade Federal Fluminense privilegiando a interdisciplinaridade da proposta e o trabalho integrado dos pesquisadores-docentes partícipes do Programa gerando um substrato de vivências, experiências, discursos, normas, regras e instituições que se apresentam como um rico manancial para as investigações acadêmicas no âmbito de um Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em nível de Doutorado. Estudos comparativos, soluções de problemas locais que sejam passíveis de universalização, experiências de organizações jurídicas, empresariais e sociais que possam ser compartilhadas e refletidas plural e coletivamente, entre o corpo docente e discente do Curso, estes são elementos diferenciados e fundamentais no Programa.

Importância e diferencial

O fator que configura o grande diferencial do Programa e o seu caráter inovador é a articulação que a Universidade Federal Fluminense conquistou junto às Instituições nacionais e internacionais ligadas à Educação Superior e à solução de conflitos na sociedade, em torno da convicção fundamental de que os problemas locais, das regiões de abrangência de cada uma delas, apresentam uma mesma racionalidade subjacente, da qual derivam concepções de Estado e, em decorrência, políticas públicas e parâmetros legais, que são geradoras de tensões no âmbito das relações sócio jurídicas. Os reflexos destas tensões podem ser observados nos conflitos de interesses sociais que se traduzem em demandas jurídicas de caráter ambiental, trabalhista, tributário, civil, consumerista, societário, cambial, contratual e constitucional, com imbricações processuais. Também podem ser vislumbrada no modo como o Estado e a própria sociedade encaram o papel das empresas e do Poder Judiciário, pelo espaço que destinam a eles na construção das relações sociais.



Coordenador

[EDSON ALVISI NEVES](#)

Secretaria Executiva

MARIA ALICE MARQUES

Administrador

CLAUDIO PAES LEME

Objetivo do curso

O curso tem como objetivo desenvolver formação, em nível de doutorado, comprometida com a produção de conhecimento em Direito, Justiça Administrativa e Sociedade, proporcionando uma reflexão crítica sobre o campo das relações institucionais do Poder Judiciário com as demais esferas estatais e com as atividades empresariais, considerando sua multiplicidade de objetos e de abordagens teóricas e metodológicas. Pretende apoiar a formação científica para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e a capacitação para a docência no campo supracitado, contribuindo para a conscientização, no interior da Universidade e na opinião pública, dos problemas decorrentes da relação Direito-Poder Judiciário-empresa-sociedade sobre a população brasileira. Em termos gerais o Programa de Doutorado visa a:

I – Proporcionar formação acadêmica interdisciplinar aprofundada e de alto nível em pesquisa e docência, incorporando os avanços recentes dos estudos na área de Justiça Administrativa, em diferentes níveis de análise e abordagens de produção de conhecimento;

II – Contribuir na formação de profissionais aptos a contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema judicial de proteção do cidadão em face da Administração Pública;

III – Qualificar recursos humanos tanto para a atuação no ensino do Direito e áreas afins quanto para as instituições do Poder Judiciário e do Estado que se voltam



para a gestão da relação destas instituições com as atividades empresariais e sociais no Rio de Janeiro e no Brasil;

IV – Contribuir para a produção de conhecimentos acadêmico-científicos que possam favorecer o desenvolvimento e a consolidação do Direito enquanto área de conhecimento, e da Justiça Administrativa, enquanto recorte específico, em um contexto globalizado;

V – Promover a pesquisa nas áreas de conhecimento as fundamentais e as instrumentais à prestação jurisdicional administrativa -, de modo que a investigação científica passe a ser considerada uma permanente ferramenta de trabalho daqueles que atuam perante os órgãos que julgam a Administração Pública;

VI – Potencializar a formação de profissionais para o ensino e a pesquisa, com capacidade crítica, autonomia, inovação e compromisso ético-moral para com a área de atuação;

VII – Contribuir para ampliação e qualificação da produção de conhecimentos acadêmico-científicos em Direito, bem como para sua disseminação, favorecendo o desenvolvimento e a consolidação da área;

VIII – Incentivar a realização de pesquisa avançada que demonstre a capacidade de formulação de problemas relevantes e de respostas científicas adequadas para a área de concentração em Justiça Administrativa;

Linhas de Pesquisa

O programa apresenta duas linhas de pesquisa:

I – Judiciário Justiça e Cidadania

Nesta Linha, a discussão se volta prioritariamente para o enfoque da compreensão dos princípios vetores e do alcance da denominada “jurisdição administrativa” – exercida pelo Judiciário – a partir do aprofundamento de conhecimentos jurídicos, históricos, políticos e sociológicos fundamentais para o exercício adequado daquela função estatal.

Além disso, busca-se uma maior compreensão dos valores considerados nas políticas públicas, em especial as de saúde, financeira e ambiental, propiciando uma visão mais larga do impacto da jurisdição administrativa, que



necessariamente é fruto da ponderação daqueles mesmos valores, entre si ou entre outros de igual peso constitucional (vida, liberdade, propriedade, segurança, etc.).

Finalmente, tal enfoque tem como fio condutor a preocupação com o resgate de uma cidadania ativa, marcada pela participação do cidadão no processo de construção da justiça em sociedade, e que tem (ou deve ter) na jurisdição administrativa um garantidor desta condição cidadã e não um empecilho para o exercício dela. Ao fazer tal abordagem, volta-se para a discussão dos elementos intervenientes na relação entre a jurisdição e o cidadão, nos quais os meios de Comunicação social, a gestão da informação e a gestão burocrática das instituições ganham relevância de pesquisa.

As disciplinas optativas desta Linha de Pesquisa são voltadas para as discussões específicas que envolvem a atuação do Poder Judiciário perante a sociedade com o intuito de garantir a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

Ademais, esta Linha aborda as tensões advindas da relação entre Poder Judiciário e cidadão, Administração Pública e cidadão e Administração Pública e Poder Judiciário, procurando refletir acerca das consequências desses enfrentamentos em termos de legislação, de prestação jurisdicional e de geração de justiça social no horizonte de um Estado Democrático de Direito. Além do enfoque sobre a experiência brasileira, são propostos estudos comparativos, a fim de se efetivar o cotejo das práticas e concepções teóricas em diversas nações, numa abordagem histórico-crítica.

II – Interesse público e relações econômicas

Esta Linha de Pesquisa se volta para a discussão da Justiça Administrativa sob o prisma das relações entre o Poder Judiciário e as atividades empresariais, levando-se em conta os interesses públicos envolvidos na atividade econômica e os desafios contidos em termos de inserção no mercado, de atendimento as necessidades coletivas e de geração de novas tecnologias capazes de viabilizar o desenvolvimento sustentável, com respeito à dignidade humana e a justiça social.

Temas como Regulação, Concorrência, Organização de transporte, Tributação, Resolução de conflitos em âmbito judicial e extrajudicial, parâmetros e práticas na relação público-privado, Marcas e patentes e Concessão de serviços públicos, são desafios de investigação a esta Linha de Pesquisa. O papel do Direito no contexto das relações empresariais contemporâneas e as exigências de reconfiguração e



inovação do mesmo para compatibilizar desafios mercadológicos com justiça social, com cidadania e com desenvolvimento sustentável, este é o foco desta Linha de Pesquisa.

As disciplinas optativas desta Linha de Pesquisa são voltadas para as discussões específicas que envolvem as relações econômicas, especialmente aquelas atinentes às atividades empresariais. Procura-se analisar, em amplo espectro, as tensões advindas das relações econômicas em âmbito empresarial com o interesse coletivo, especialmente com os reflexos de tais tensões sobre o direito, ao qual se apresenta o desafio de vislumbrar novas perspectivas de interpretação e de resolução dos problemas imbricados na esfera empresarial.

São disciplinas que refletem igualmente o direito empresarial, seu papel e imbricações na relação empresa, mercado e sociedade, envolvendo a gestão de conflitos em nível trabalhista, ambiental e em instituições envolvidas com as atividades empresarias, inclusive o Estado.

Importância e diferencial

O fator que configura o grande diferencial do Programa e o seu caráter inovador é a articulação que a Universidade Federal Fluminense conquistou junto às Instituições nacionais e internacionais ligadas à Educação Superior e ao Poder Judiciário, em torno da convicção fundamental de que os problemas locais, das regiões de abrangência de cada uma delas, apresentam uma mesma racionalidade subjacente, da qual derivam concepções de Estado e, em decorrência, políticas públicas e parâmetros legais, que são geradoras de tensões no âmbito das relações sociais e jurídicas.

Os reflexos destas tensões podem ser observados nos conflitos de interesses sociais que se traduzem em demandas jurídicas de caráter ambiental, trabalhista, tributário, civil (consumidor, societário, cambial, contratual) e constitucional, com imbricações processuais. Podem ser vislumbrados também no modo como o Estado e a própria sociedade encaram o papel das empresas e do Poder Judiciário, pelo espaço que destinam a eles na construção das relações sociais.

Perfil do Egresso

O egresso do Doutorado em Justiça Administrativa terá desenvolvido, durante o seu período de formação, um conjunto de competências e habilidades, bem como



um rol de conhecimentos e experiências significativas de crescimento intelectual, que atendam à demanda de qualificação regional para o fortalecimento da pesquisa que contribua para a melhoria da qualidade da formação dos profissionais da área jurídica, de modo a responder às demandas sociais.

Pretende-se que o egresso do Programa apresente como perfil:

I – Habilidade de articulação acadêmica das relações entre direito, poder judiciário, atividade empresarial e sociedade.

II – Produção científica de excelência acerca das questões jurídico-empresariais, sua relação ao Poder Judiciário e suas implicações sociais.

III – Capacidade de constituição e participação em grupos de investigação, em nível nacional e internacional, sobre os temas vinculados às linhas de pesquisa do Programa.

IV – Disposição para a consecução de iniciativas que conduzam à promoção da cidadania e da responsabilidade social no âmbito empresarial e judicial.

V – Atuação empreendedora na viabilização de inovações tecnológicas de caráter jurídico empresarial, capazes de gerar desenvolvimento humano e social, com a promoção da justiça nas relações sócio-institucionais.

Carga Horária

O Curso de Doutorado do PPGDIN terá a duração mínima de 24 (vinte e quatro) e máxima de 48 (quarenta e oito) meses.

O Curso de Doutorado implicará a integralização de 99 (noventa e nove) créditos, num total de 1485h (hum mil, quatrocentas e oitenta e cinco) horas, com a exigência mínima do cumprimento dos seguintes itens:

I – Vinte e cinco créditos em disciplinas obrigatórias;

II – Seis créditos em disciplinas optativas;

III – Trinta e oito créditos em disciplinas de Atividades Acadêmicas Especiais, entre estas necessariamente as disciplinas “Preparação da Qualificação de Tese”, com seis créditos.

IV – Trinta créditos na “Elaboração e Defesa de Tese”.

Disciplinas Obrigatórias



As disciplinas obrigatórias são aquelas que todo discente deverá cumprir para estar apto à elaboração e defesa da tese e deverão ser cumpridas integralmente pelo discente até o final do quarto semestre letivo do Curso.

Fundamentos histórico-jurídicos da Justiça Administrativa – 3 créditos

Objetivo: Propiciar uma visão geral da Justiça Administrativa, a partir dos seus elementos históricos e filosófico-jurídicos.

Atividade de Pesquisa I, II, III e IV – 4 créditos cada

Objetivo: Estimular o aprendizado científico a partir da vinculação do orientando ao orientador e à equipe de pesquisa por este coordenada, constituindo uma prática permanente e sistemática da investigação acerca dos temas que serão significativos para a elaboração da tese.

Seminário de Tese – 3 créditos

Objetivo: Analisar e discutir os Projetos de Tese, com vistas ao aperfeiçoamento destes visando à Qualificação de Tese.

Epistemologia e Justiça Administrativa – 3 créditos

Objetivo: Analisar as possibilidades e contribuições da Epistemologia para a construção da justiça social e da cidadania, bem como o debate sobre as características peculiares da atividade científica, principalmente na área Jurídica.

Linha 1 – Judiciário Justiça e Cidadania

As disciplinas optativas são voltadas para as discussões específicas de cada uma das Linhas de Pesquisa e poderão ser cumpridas pelo discente ao longo de todo o Curso, cabendo ao orientador recomendar ao discente as disciplinas que considera mais pertinentes à formação do mesmo com vistas à elaboração da Tese.

História e Justiça Administrativa – 3 créditos

Objetivo: Fornecer uma introdução metodológica à história sócio-jurídica e da justiça administrativa no Brasil, privilegiando modelos sistêmicos externos e suas influências no judiciário e na gestão política-administrativa no país.

Justiça Administrativa e Hermenêutica Jurídica – 3 créditos

Objetivo: Fornecer uma introdução de noções de interpretação e argumentação jurídica, discutindo sua importância para as decisões judiciais em instâncias da Justiça Administrativa.

Justiça Administrativa, cidadania e saúde I – 3 créditos



Objetivo: Analisar o cenário da judicialização da saúde e da política judiciária de saúde no Brasil, estabelecendo um perfil dos litígios em saúde pública e saúde suplementar no Brasil e vislumbrando os conteúdos e sentidos atribuídos pelos atores referentes ao direito à saúde, integralidade e cuidado.

Justiça Administrativa, cidadania e saúde II – 3 créditos

Objetivo: Efetivar um estudo comparativo, em âmbito internacional, das políticas, sistemas e práticas de gestão da saúde, observando o impacto trazido para a instância jurisdicional administrativa.

Justiça Administrativa, gestão documental e arquivística – 3 créditos

Objetivo: Analisar o significado da gestão documental e arquivística no exercício jurisdicional atinente à Justiça Administrativa.

Metodologia e organização do trabalho científico – 3 créditos

Objetivo: Contribuir, de forma operacional e objetiva, para a construção da tese dos discentes, mediante o estudo e a aplicação das normas, metodologia e procedimentos específicos exigidos no trabalho científico.

Judiciário, Justiça e Cidadania I – 3 créditos

Objetivo: Analisar a temática da justiça constitucional com foco na concepção de Estado Democrático de Direito, desenvolvendo elementos críticos sobre o fenômeno processual envolvendo o exercício da Jurisdição Constitucional, compreendendo e analisando o papel reservado ao Poder Judiciário no controle dos atos administrativos.

Judiciário, Justiça e Cidadania II– 3 créditos

Objetivo: Analisar a questão da Justiça Constitucional sob a ótica processual e institucional, à luz da concepção de legitimidade democrática.

Judiciário, Justiça e Cidadania III – 3 créditos

Objetivo: Enfocar a justiça constitucional em nível nacional, com base nos elementos jurídico- processuais presentes no Brasil ao longo de sua história.

Judiciário, Justiça e Cidadania IV – 3 créditos

Objetivo: Abordar, mediante estudo comparativo internacional, a justiça constitucional, em seus aspectos histórico-processuais.

Judiciário, Justiça e Jurisdição Administrativa I – 3 créditos

Objetivo: Pretende-se discutir as condições e regras a partir das quais a jurisdição administrativa é exercida, levando-se em conta o interesse dos cidadãos e da Administração Pública, em contexto de Estado Democrático de Direito.

Judiciário, Justiça e Jurisdição Administrativa II– 3 créditos



Objetivo: Abordar a relação entre a Administração Pública, os cidadãos e o Poder Judiciário no que tange às demandas repetitivas nas quais o Estado é parte interessada.

Linha 2 – Interesse público e relações econômicas

As disciplinas optativas são voltadas para as discussões específicas de cada uma das Linhas de Pesquisa e poderão ser cumpridas pelo discente ao longo de todo o Curso, cabendo ao orientador recomendar ao discente as disciplinas que considera mais pertinentes à formação do mesmo com vistas à elaboração da Tese.

Interesse público e resolução de conflitos I – 3 créditos

Objetivo: Discutir os fundamentos filosófico-jurídicos da resolução de conflitos e a gestão destes no âmbito do direito privado.

Interesse público e resolução de conflitos II – 3 créditos

Objetivo: Analisar a arbitragem como método alternativo de solução de controvérsias no âmbito das relações empresariais e suas imbricações na jurisdição administrativa.

Interesse público e resolução de conflitos III – 3 créditos

Objetivo: Desenvolver elementos críticos sobre o fenômeno processual envolvendo a mediação na área cível, compreendendo o papel reservado ao mediador na resolução de conflitos e analisando a viabilidade do instituto da mediação dentro do Poder Judiciário.

Interesse público e resolução de conflitos IV – 3 créditos

Objetivo: Debater os conflitos sócio-ambientais urbanos e rurais a partir de pressupostos epistemológicos e metodológicos imbricados nos conceitos de justiça ambiental, racismo ambiental e correlatos.

Empresa, sustentabilidade e inovações tecnológicas I – 3 créditos

Objetivo: Analisar os direitos e garantias exercidos pelas sociedades empresárias numa sociedade em rede e repleta de informações, especialmente no que tange às invenções, patentes e aos riscos de pirataria.

Empresa, sustentabilidade e inovações tecnológicas II – 3 créditos

Objetivo: Analisar os direitos e garantias exercidos pelas sociedades empresárias numa sociedade em rede e repleta de informações, com especial foco nos contratos eletrônicos e na certificação digital.



Interesse público, Empresa e Trabalho I – 3 créditos

Objetivo: Discutir as relações econômicas sob a ótica dos direitos sociais, a partir do enfoque do trabalho e do seu significado na construção da cidadania.

Interesse público, Empresa e Trabalho II – 3 créditos

Objetivo: Analisar o fenômeno da proceduralização das relações econômicas, no âmbito do Direito do trabalho, e seu impacto no Poder Judiciário.

Direito, empresa e sociedade I – 3 créditos

Objetivo: Debater os aspectos processuais atinentes à legislação brasileira, contextualizando os com o cenário mundial e aventando seus possíveis impactos nas relações econômicas e no interesse público.

Direito, empresa e sociedade II – 3 créditos

Objetivo: Analisar o impacto no direito, nas relações econômicas e nas atividades empresariais de políticas de desenvolvimento social, em âmbito global e local.

Direito, empresa e sociedade III– 3 créditos

Objetivo: Apresentar conceitos básicos da microeconomia para, através das concepções do mercado e do bem-estar, chegar a uma percepção das razões pelas quais é necessária a atuação do Estado na economia, possibilitando a discussão e maior compreensão do interesse público sob perspectiva econômica.

Direito, empresa e sociedade IV– 3 créditos

Objetivo: Entender como se dá o papel do Estado e a relação da empresa produtiva frente às normas de interesse público, dentro do marco de sustentabilidade ambiental e social, privilegiando os papéis a serem desenvolvidos pelo Estado e a repercussão no mercado. Interessa a organização dos serviços básicos, sob a perspectiva factual, em confronto aos direitos fundamentais.

Atividades Acadêmicas Especiais

As disciplinas inclusas como Atividades Acadêmicas Especiais são caracterizadas como ações sistemáticas, orientadas ou acompanhadas por docentes do Programa, que contribuam para a formação acadêmica do discente e para a qualidade do programa de doutorado. Dentre estas ações, podem ser consideradas:

I – Tutorias a Grupos de Estudo e de Pesquisa;

II – Participação em Grupos de Pesquisa registrados no CNPq;



III – Inserção em Projetos de Pesquisa ou de Extensão formalmente registrados na UFF;

IV – Atuação em Comissões responsáveis pela viabilização de Periódicos e Publicações;

V – Participação em eventos organizados pelo PPGJAD (Curso, Workshop, Seminário, Colóquio, etc.) com envolvimento ativo (organização, apresentação de trabalhos, participação em Grupos de Trabalho, publicação), propostos na forma de Atividades Programadas;

VI – Estágio de Docência desenvolvido em Cursos de Graduação,

VII – Preparação da Qualificação de Tese.

Professores

Coordenador

[EDSON ALVISI NEVES](#)

Secretaria Executiva

MARIA ALICE MARQUES

Professores Permanentes

ADRIANA VIEIRA

[ANDRÉ SADDY](#)

[ANTÓN LOIS FERNANDEZ ALVÁREZ](#)

[CÂNDIDO FRANCISCO DUARTE DOS SANTOS E SILVA](#)

[CELIA BARBOSA ABREU](#)

[CLAUDIO BRANDÃO DE OLIVEIRA](#)

CLAUDIO PEREIRA DE SOUZA NETTO

[CLODOMIRO JOSE BANNWART JUNIOR](#)

[EDER FERNADES MÔNICA](#)

[FERNANDA PONTES PIMENTEL](#)

[FERNANDO GAMA DE MIRANDA NETTO](#)

[GILVAN LUIZ HANSEN](#)

GUILHERME MARTINS

[GLADYS SABINA RIBEIRO](#)

[JOAQUIM LEONEL DE REZENDE ALVIM](#)



[MARCELO GONÇALVES DO AMARAL](#)

[PLINIO LACERDA MARTINS](#)

[RONALDO JOAQUIM DA SILVEIRA LOBÃO](#)

[SERGIO GUSTAVO DE MATTOS PAUSEIRO](#)